

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN: OS PASSOS INICIAIS DA PESQUISA

Vanessa Gosson Gadelha de Freitas Fortes (UFRN)
Orientadora -Lúcia de Araújo Ramos Martins (UFRN)

GT 12 - Educação e Política de Inclusão Social

INTRODUÇÃO

Atualmente, existe uma grande preocupação por parte da sociedade em proporcionar uma educação de qualidade a todas as pessoas, incluindo as que apresentam necessidades especiais. Contudo, para terem seus direitos garantidos como seres humanos e cidadãos, essas pessoas percorreram um longo caminho, que foi da segregação educacional – atendimento em instituições especializadas ou classes especiais em escolas regular – até chegar à atualidade, onde se busca a sua inclusão nas instituições de ensino regular.

Coerente com este paradigma da inclusão, a comunidade escolar é desafiada a aprender a respeitar e a lidar com a diversidade de seu alunado, a adaptar-se para atender às necessidades comuns e peculiares de seus alunos, sejam eles deficientes ou não, a fim de oferecer-lhes uma educação de qualidade.

Diante disso, as instituições de ensino estão sendo, cada vez mais, convocadas a modificar o seu olhar sobre o aluno, pois este é impar, no tocante à raça, ao sexo, às condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais, entre outros aspectos. Para tanto, necessário se faz a realização contínua de um trabalho de sensibilização da comunidade escolar, assim como a realização de cursos de atualização para profissionais de ensino, adaptações nas estruturas físicas e curriculares das escolas, de maneira a quebrar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, e, também, impulsionar o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas empreendidas.

Hoje, podemos observar que está havendo uma preocupação em realizar ações, no sentido de incluir pessoas com necessidades especiais nas diversas instituições de ensino regular, tanto no âmbito governamental como particular, por força de documentos internacionais (como a Declaração Salamanca, editada pela UNESCO, em 1994) e da própria legislação brasileira, envolvendo: a Constituição Federal; a Lei de Diretrizes Bases da Educação 9.394/96 (que estabelece, no Art. 4º, III, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino); a Lei 7.853/89 (que criminaliza o preconceito, em relação às pessoas com deficiência, inclusive no tocante à recusa em matriculá-las em escolas regulares). Dessa forma, começa a existir – embora lentamente – uma maior abertura das escolas para incluir alunos com necessidades especiais, o que vem proporcionando o acesso à classe regular de educandos com deficiência ou com outras necessidades especiais que, dentro de suas potencialidades e possibilidades, vêm avançando educacionalmente, atingindo diversos níveis de ensino, antes não cogitados, inclusive chegando ao ensino superior e à Pós-graduação.

Tal fato nos impulsionou a realizarmos uma pesquisa, no âmbito da Universidade Federal no Rio Grande do Norte, pois esta recebeu em sua comunidade, no ano de 2000, três alunos com

deficiência visual, fato inédito, que provocou a mobilização da instituição a fim de que esses alunos tivessem acesso a todos os serviços da universidade.

Antes de abordarmos os resultados obtidos até o momento nessa pesquisa, detalharemos – a título de esclarecimento – o entendimento que temos sobre o que seja a deficiência visual, o seu conceito e detalharemos alguns aspectos a respeito do percurso histórico empreendido por tais pessoas, pois consideramos importante esses conhecimentos para o professor, pois, como afirma Vygostsky, o conhecimento é um *primeiro e importante passo para a integração* (EVANS, 2001, p.70).

No que diz respeito ao conceito da deficiência visual, o Ministério de Educação e Desporto, através da Secretaria de Educação Especial, afirma que existem dois tipos de deficiência visual: a cegueira e a visão subnormal.

A cegueira caracteriza-se, segundo Martín (2003, p. 40), *pela total ausência de visão ou a simples percepção de luz*, como também, ratifica que vários países ocidentais consideram que *um olho é cego quando sua acuidade visual com correção é 1/10 (0,1), ou cujo campo visual se encontre reduzido a 20°* (op.cit).

Com relação à visão subnormal, Martín (2003, p. 42), afirma baseado na concepção da possibilidade do uso ou não pela pessoa com deficiência visual do resíduo visual para a maioria das atividades da vida diária, inclusive as escolares, e das suas competências e capacidades visuais, considera que o indivíduo com visão subnormal ou Baixa Visão, como também denominado de cego parcial, é aquele que possui um *resíduo visual que permite a orientação à luz e à percepção de massas, facilitando de forma considerável o deslocamento e a apreensão do mundo exterior. Visão de perto insuficiente para a vida escolar e profissional.*

No que diz respeito à educação dessas pessoas, acreditava-se que não poderiam ser educadas, pois eram consideradas como doentes, e que precisavam apenas de tratamento médico.

Conforme Martins (1999), só a partir de meados do século XX é que essa visão começou a mudar, proliferando o aparecimento de instituições educacionais para esse segmento da população, porém, de forma isolada do sistema geral de ensino. Dessa forma, a educação para os portadores de deficiência era considerada especializada, e, portanto diferenciada daquela ministrada para pessoas ditas normais. Diante disso, existiam dois sistemas educacionais: o sistema regular de ensino e o sistema especial.

Apesar da boa iniciativa das instituições, esse atendimento educativo começou a ser questionado em todo o mundo, a partir da década de 60, devido ao fortalecimento das lutas pelos direitos humanos (movimentos das minorias étnicas, sexuais, religiosos, entre outros).

Assim, o dualismo educacional (ensino regular e ensino especializado) começa a ser questionado, pois se observou que cada aluno possui necessidades educativas diversificadas e especiais, independente de ser deficiente ou não. Gradativamente, foi sendo reconhecida a importância da fusão dos dois sistemas (regular especial), formando um sistema único, porém capaz de atender às necessidades dos educandos, deixando de lado atitudes preconceituosas e incentivando a convivência com a diversidade.

A unificação desses dois sistemas inicia-se, segundo Sasaki (1997), a partir do surgimento de um novo paradigma, no final da década de 60: o movimento pela integração, que tinha como objetivo educar alunos normais com alunos portadores de necessidades especiais, juntos, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola. Neste período, surgem as chamadas classes especiais, dentro da própria escola regular, que eram específicas para alunos com necessidades especiais, que não acompanhavam o ritmo da turma. Podemos perceber que,

mesmo inseridas na instituição regular de ensino, tais pessoas continuavam excluídas do convívio comum dos demais indivíduos da escola.

Questionando tal situação, um grupo de pessoas começou a tomar conhecimento da necessidade de mudar o enfoque de seus esforços, em relação a esse segmento social, observando que – para que a pessoa com deficiência realmente pudessem ter participação total e igualdade de oportunidades – seria necessário não se pensar tanto em adaptá-la à sociedade e, sim, adaptar a sociedade à mesma. Surge, então, um novo paradigma: o da inclusão, que vem sendo discutido em diversos setores da sociedade, inclusive na educação.

Segundo MATOS (2003, p. 14), este paradigma enfatiza a igualdade de oportunidades, e é definido

como sendo o processo pelo qual os diversos sistemas da sociedade – ambiente físico, de serviços, de atividades, de informação e de documentação – são colocados à disposição de todos, inclusive das pessoas com deficiência.

Desta forma, e devido à força da lei e documentos, que respaldam a inclusão, as pessoas com deficiência estão sendo incluídas em diversos níveis de ensino, até mesmo no ensino superior. Porém como está se processando a inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino superior?

Frente a esse contexto, surgiu o nosso interesse em realizar um trabalho dissertativo, voltado para a inclusão no ensino superior, tendo por objetivo principal analisar como vem se processando a inclusão dessa pessoa na universidade, mais especificamente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A coleta de dados está em desenvolvimento, sendo prevista a utilização dos seguintes instrumentos: entrevista semi-estruturada, questionário e observação não-participativa. As entrevistas estão sendo aplicadas, desde o semestre anterior, com os próprios deficientes visuais (dois dos quais são cegos e um tem visão subnormal), bem como com coordenadores de cada curso; com professores (sendo três do semestre anterior e três do semestre atual), buscando conhecer detalhes sobre a experiência inclusiva vivenciada no âmbito dos três cursos investigados.

Os questionários serão utilizados com os colegas de classe desses alunos com deficiência visual, e com relação às observações, que está em processo, estas ocorrerão nas salas dos professores entrevistados, a fim de percebermos diretamente os fatos ocorridos no ambiente universitário, ou seja, o que acontece na dinâmica em sala de aula.

RESULTADOS PARCIAIS

Por estarmos em fase inicial de coletas e análises das respostas das entrevistas, apresentaremos alguns resultados referentes apenas ao curso de Ciências Econômicas.

- **O Curso de Ciências Econômicas**

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), teve a sua origem na antiga Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuárias do RN, instituição particular de Ensino Superior. Tal Faculdade foi incorporada pela UFRN, em 1970, federalizada pela Lei nº 5.702, de 14.09.1971 e reconhecida pelo decreto nº 79.372, de 10.03.77.

O Departamento de Economia (DEPEC), da UFRN, habilita os alunos em Bacharelado em Ciências Econômicas, e também oferece, desde 1995, em seu Programa de Pós-Graduação, o Curso de Especialização em Modernização e Economia Regional. Além disso, o DEPEC dispõe de uma Base de Pesquisa, chamada de Estratégias para o Desenvolvimento do Nordeste: seção Rio Grande do Norte. Os estudantes contam, ainda, com a Empresa Júnior de Economia, que se encontra em processo de consolidação e tem como objetivo oferecer um espaço para experiências na Área de Consultoria Econômica.

O conteúdo do Curso está organizado em quatro eixos: teóricos, históricos e quantitativos e de economia aplicada. O currículo compreende cerca de 44 disciplinas, das quais 39 são obrigatórias e 05 são complementares. Sua carga horária efetiva é de 2.760 horas/ aula, integralizada em um mínimo de 4 anos e em um máximo de 7 anos. Ao término do Curso, o aluno deverá elaborar uma monografia para obter o grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

- **Alguns dados sobre o aluno pesquisado**

IDENTIFICAÇÃO

O nosso entrevistado está cursando o 5º período do curso de Economia, reside em Ceará-Mirim (cidade próxima a Natal). Para preservar a sua identidade, será denominado, neste texto, de W. Segundo ele, a deficiência visual (cegueira) foi adquirida aos oito anos de idade, mas desconhece a causa.

PERÍODO ESCOLAR Anterior (ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO)

Antes de ingressar na UFRN, mais precisamente no seu período de escolaridade básica (Ensino Fundamental e Médio), passou por diversos tratamentos e reabilitações, onde pode aprender o uso do Braille, de bengalas, entre outras coisas que possibilitariam uma independência maior para realizar as suas atividades sociais.

Ao questioná-lo sobre como ele analisava esse período, afirma que enfrentou dificuldades de diversos tipos: falta de material e livros em Braille, ausência de professores capacitados, bem como de professores itinerantes que o ajudassem nas atividades da escola regular onde estudava, uma vez que o deslocamento da sua residência até o local das aulas de reforço era inviável, não permitindo, assim, o seu acesso a esse reforço educacional oferecido pelo sistema escolar público. Apesar de tal situação, considera que teve muito apoio dos colegas que forneciam os

conteúdos das disciplinas para que estudasse, como também o ajudavam no momento de estudos em grupo.

O VESTIBULAR

A decisão de superar os obstáculos encontrados durante a sua caminhada educacional, o impulsionou a realizar o Exame vestibular. Ser aprovado significou uma evidência de que tinha capacidade para fazer o exame e passar, mesmo com todas as barreiras encontradas, como por exemplo, a realização da prova do vestibular em Braille, uma vez que durante 7 anos só fazia provas orais, e isso dificultou, um pouco, a utilização do método.

A sua reação frente à aprovação no exame do vestibular foi, segundo suas próprias palavras, de:

Alegria por ter subvertido a descrença minha, em primeiro lugar, da Comperv, do Colégio Salesiano, por não ter abertos as suas portas para mim, e de algumas pessoas. (W)

A UFRN: barreiras e conquistas

Depois de vencido o obstáculo do Vestibular, agora vem o momento de vivenciar o que o ensino superior tem a lhe oferecer. Assim, no primeiro dia de aula, recebeu apoio do coordenador, para auxiliá-lo em alguma dificuldade que viesse a enfrentar, como também teve ajuda de um bolsista que lia os textos, pois a impressora Braille adquirida pela UFRN ainda não tinha papel.

As dificuldades enfrentadas durante o curso, correspondem, principalmente, à falta de monitores para ajudá-lo nas leituras, e a não existência de material adequado, que facilitem o acesso aos textos, que são antecipados pelos professores. Mesmo com essas dificuldades, o aluno tem apoio dos colegas que estudam com ele, até por que, segundo os próprios amigos, o referido aluno é considerado muito inteligente, destacando-se, especialmente em Matemática, e isso colabora muito para o aprimoramento de todos, em cada disciplina.

AS RELAÇÕES SOCIAIS NA UNIVERSIDADE

Segundo os seus depoimentos, podemos apreender que, ao ingressar a UFRN, W. não enfrentou barreiras atitudinais. As pessoas que com ele convivem, o ajudam quando precisa se deslocar para um lugar mais longe do espaço da sala, como por exemplo a cantina, pois o percurso até a mesma é cheia de obstáculos, como raízes de árvores expostas, batentes, etc.

Durante as atividades de apresentação de trabalhos, podemos observar que os alunos servem de monitores, pois os mesmos escrevem no quadro o que W. necessita para apresentar o

seu trabalho. Evidentemente, a presença de uma pessoa tida como "diferente", nos primeiros dias de aula, chamou a atenção, porém, com a convivência, os sentimentos de estranheza e de curiosidade foram sendo superados.

Igualmente, podemos perceber que a conscientização e o esclarecimento que, nos últimos anos, vem ocorrendo na sociedade, no que diz respeito à inclusão de pessoas de portadoras de deficiência faz com que muitas barreiras atitudinais sejam – aos poucos – quebradas, proporcionando o surgimento de uma sociedade um pouco mais aberta à diversidade, respeitando as diferenças.

Quando existe este esclarecimento no tocante aos direitos e deveres de cada cidadão, os obstáculos dos indivíduos em se relacionarem com tido como diferente são, gradativamente, superados, como podemos perceber no depoimento de W., com relação às atitudes dos professores para com ele:

... tenho uma relação aberta com os meus professores, quando questiono algo, eles me respondem, e ao surgirem problemas, me ajudam a resolvê-los.

Diante disso, concluímos que os professores não vêem diferença em W. com relação aos outros alunos, pois exigem dele da mesma forma que os outros alunos, como também o auxiliam quando necessário, como fazem com os demais do grupo.

Não foi percebido, até o presente momento, qualquer tipo de superproteção diante deste aluno, no ambiente universitário.

A INCLUSÃO

Para W., a UFRN tem um papel fundamental na inclusão das pessoas com deficiência, pois é por meio deste ambiente acadêmico que *podem se instruir, e se alto desenvolverem e ascenderem enquanto profissionais* (fala de W.).

Podemos observar que o crescimento dessas pessoas enquanto sujeitos ativos na sociedade é possível *quando são incluídas nas escolas e nas salas de aula*” (STAINBACK e STAINBACK, op. cit, p. 22).

W. afirma que, para a UFRN se aperfeiçoar mais neste processo inclusivo, é necessário que realize cursos de capacitação para os seus professores, como também informe às pessoas, em geral, como agir com os deficientes visuais.

Além desses aspectos situados pelo aluno, de forma preliminar, nos empenhamos em coletar mais informações sobre como vem ocorrendo a inclusão desse aluno nos citado curso. Para tanto, entrevistamos o coordenador do curso, que também é professor de W e com base em seu depoimento, situaremos a sua visão a respeito da deficiência visual.

- **A percepção da deficiência pelo outro (coordenador)**

A imagem que temos, geralmente, das pessoas que estão em nosso campo de visão depende das informações que nos são transmitidas pelo ambiente cultural, ao longo da nossa história de vida. Isso ocorre, também, com relação a nossa concepção de deficiência. Nesta sociedade, a ordem é bastante valorizada, conforme atesta Ribas (op.cit, p, 15):

Sempre ouvimos as pessoas dizerem que uma sociedade sem ordem jamais chegará ao progresso. Sempre ouvimos também que um órgão qualquer que esteja apresentando uma disfunção social pode contaminar o resto do “corpo social”. Estas idéias facilmente transponíveis para o nosso corpo humano.

Essa é a ideologia com que nos deparamos, durante a nossa existência, de forma que temos a seguinte visão: a sociedade deve ser organizada, homogênea, equilibrada e harmônica. Isso faz com que não estejamos aptos para conviver com a verdadeira realidade: os seres humanos são diferentes uns dos outros, cada seguimento da sociedade é diversificado, tem diferentes funções, que possibilitam a organização mais equilibrada do todo.

Portanto, *quando nos deparamos com pessoas deficientes que são mais diferentes, já que possuem sinais ou seqüelas mais notáveis* (Ribas, 1998, p. 13), a nossa reação é a de estigmatizá-las, pois as consideramos fora dos padrões preestabelecidos pela sociedade.

Desta forma, consideramos importante perguntar ao nosso entrevistado, coordenador do curso de Ciências Econômicas, como ele percebe as pessoas portadoras de deficiência, pois a sua concepção poderá facilitar ou dificultar a inclusão dos alunos que apresentam deficiências no ambiente universitário. Externando a sua concepção, afirmou que:

... Embora eu tenha o conhecimento teórico, ainda, mesmo que inconscientemente, os percebemos como coitadinhos, diferentes, ainda que a convivência no dia-a-dia faça com que tenhamos uma atitude diferente com relação com aos mesmos, mas a percepção ainda é a mesma. (C 1)

Podemos averiguar que a presença de uma pessoa considerada diferente faz com que diversos sentimentos venham à tona, coerentes com concepções sobre a deficiência presentes em diversas fases da história da humanidade, ao longo dos tempos, onde eram percebidos como coitadinhos, ou então como seres dotados de extraordinários poderes. Apesar de estar consciente da sua percepção, observamos que o contato com o deficiente proporciona, mesmo que lentamente, uma mudança com relação à maneira de agir frente a essas pessoas, passando a respeitá-las enquanto sujeitos únicos, e participantes de um ambiente universitário.

- **Orientações realizadas em decorrência do ingresso do aluno com deficiência visual**

Perguntamos se, por ocasião da chegada do aluno com deficiência visual no curso de Ciências Econômicas, houve orientação sobre como atuar com esse aluno. Segundo o coordenador, receberam algumas orientações em debates realizadas nas plenárias. Podemos constatar isso na sua fala:

As orientações ocorriam em debates gerais e específicos, onde eram lidos textos de como lidar, ajudar e facilitar o aprendizado. Nesses debates também tinham discussões com o aluno deficiente visual para averiguar a melhor maneira de ajudá-lo.

Podemos observar, que a entrada desse aluno com deficiência visual no curso proporcionou uma certa reviravolta no curso, que, agora, tem o seu olhar voltado também para atender às necessidades desse aluno, para a ampliação do conhecimento dos professores, do coordenador, e das pessoas que convivem com o mesmo, no tocante a como atuar, ajudar e facilitar o crescimento acadêmico e pessoal dessa pessoa, a fim de proporcionar uma inclusão de fato, ou seja, realmente significativa.

- **As estratégias de apoio**

Além das orientações iniciais, os docentes vêm recebendo apoio quanto às estratégias a serem utilizadas com vistas a uma melhor aprendizagem dos conteúdos das disciplinas ministradas, como por exemplo, a antecipação de textos que serão utilizados em sala para que o aluno transcreva para o Braille, ou que possa ler previamente em casa, ou então gravar, dentre outras alternativas. Tal fato podemos constatar no discurso do coordenador:

Não houve um plano deliberativo, mas houve conversas com professores e com o aluno para resolver os problemas que iam surgindo, como avisar antecipadamente os textos que serão utilizados em sala de aula para que possam passar para o Braille, ou gravar, etc. (C1)

Contudo, confrontando com a realidade, percebemos que nem todos os professores tiveram acesso a essas informações iniciais, pois isto aconteceu num primeiro momento – logo quando W. matriculou-se no curso. Atualmente, muitos buscam informações com outros colegas de trabalho, ou então com o próprio aluno, e em alguns casos com a coordenação do curso.

Existem outras questões como, por exemplo, conhecimento sobre o respaldo legal que apóiam a inclusão das pessoas com necessidades especiais em diversos sistemas da sociedade, sobre as barreiras existentes, entre outras, que serão relatados em outro momento, pois estão em fase de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações sobre a inclusão desse aluno com deficiência visual não se esgotam por aqui, pois ainda existem muitos aspectos a serem observados e analisados no seu ambiente universitário. Mas, a partir das análises preliminares, constatamos que a presença desse aluno na universidade proporciona a quebra de barreiras atitudinais, pois as pessoas se tornam mais solidárias, cooperativas, não olhando apenas para si, mas também para o outro.

Para W, a entrada na UFRN fez com que acreditasse mais nos seus potenciais, que muitas vezes são desconsiderados por ele mesmo, e também por outras pessoas que não acreditavam em sua capacidade de enfrentar as barreiras existentes, de caráter arquitetônico, atitudinal, e, principalmente, de recursos didáticos e pedagógicos, como falta de material especializado, de professores capacitados, o que dificulta o seu acesso às atividades e aos conteúdos em sala de aula, como ocorreu durante o ensino Fundamental e Médio. Contudo, W venceu tais obstáculos, enfrentou o Vestibular – que, por si só, já é excludente, pois só entram os que são bem capacitados – e ingressou na universidade. Esta, mesmo com alguns avanços, como a busca de conscientização dos seus profissionais, de adaptar a sua estrutura para recebê-los, ainda necessita fornecer, e forma mais consistente, materiais em Braille, monitores, bem como capacitar os seus professores para atuar frente a essas pessoas, de forma a não apresentarem atitudes paternalistas, nem excludentes. Esses necessitam, também, de apoio teórico e prático inicial quanto aos procedimentos pedagógicos para facilitar o acesso do deficiente às atividades empreendidas em sala de aula e extra classe.

REFERÊNCIAS

BIANCHETE, Lúcio (org). **Um olhar sobre a diferença**. São Paulo: Papyrus, 1998.

CARMO, Apolônio A. **Deficiência física: a sociedade Brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CERQUEIRA, Jonir B. & FERREIRA, Elise de M. B. Recursos Didáticos na Educação Especial in **Revista Benjamin Constant**, Ano 6, n. °15 p.24-28. Rio de Janeiro: 2000.

DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. **Intervenção no ambiente escolar: estimulação visual de uma criança com visão subnormal ou baixa visão**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

EVANS, Peter. Algumas implicações da obra de Vygostsky na educação especial. In: DANIELS, Harry (org.). Traduzido por Mônica Saddy Martins, Elisabeth Jafet Cestari. **Vygostsky em foco: pressupostos e desdobramentos**. São Paulo: Papyrus: Frôntis, 1998.

GIL, Mirian. **A arte da pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

IBIAPINA, Ivana Maria L. de Melo. **Docência universitária**: conceitos internalizados e competências construídas pelos professores. Campus de Parnaíba. Terezina: EDUFPI, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Ègler. Integração X Inclusão: escola (de qualidade) para todos. Disponível em: <<http://www.lite.fol.unicamp.br/papet/eps14/texto5.htm>> (acessado em 30/07/2002).

MARTÍN, Manuel Bueno e BUENO, Salvador Toro (coordenadores). **Deficiência Visual**: aspectos psicoevolutivos e educativos. Ed: Santos, São Paulo, 2003.

MARTÍN, Vicente Gómez, GASPAR, Josefa Martín e GONZÁLES, José Pablo Sánchez. O acesso ao currículo: Adaptações Curriculares. IN: MARTÍN, Manuel Bueno e BUENO, Salvador Toro (coordenadores). **Deficiência Visual**: Aspectos Psicoevolutivos e Educativos. São Paulo: Livraria e Editora Santos.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. A diferença/deficiência sob uma ótica histórica. In **Revista Educação em Questão**, 8/9. Natal: EDUFRN, 2000.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: CORTEZ, 1999.

RIBAS, João Batista Cintra. **O que são pessoas deficientes?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores José Augusto de Souza Peres (et al.). **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1990

SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação inclusiva e a declaração de Salamanca: conseqüências ao sistema educacional brasileiro In: **Revista Integração**. São Paulo: SEESP, 2000.

STAINBACK, Susan, STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: ARTES MÉDICAS, 1999.